



ISSN 1984-5634

ARTIGO LIVRE

## O PROGRAMA DA ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA (ANL)

*The Aliança Nacional Libertadora (ANL) Program*

LUCAS ALEXANDRE ANDRETO\*

### RESUMO

A Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi uma frente popular existente no Brasil dos anos 1930. Era composta por partidos como Partido Comunista do Brasil (PCB), Partido Socialista Brasileiro (PSB), a esquerda tenentista, sindicatos e outras associações populares. Seu programa agrário e anti-imperialista, pelo fato da ANL ter se tornado uma organização de massas, tomou grande repercussão e continuou com seus princípios sendo defendidos pelas organizações da esquerda brasileira pelo menos até o final do século XX. Nosso objetivo neste artigo é fazer uma exposição do programa nacional libertador sob uma perspectiva histórica, abordando seu contexto de surgimento e existência, os problemas históricos do Brasil que a organização se propunha a resolver e fazer uma sucinta abordagem de como esses problemas eram comuns as outras forças políticas nacionais presentes naquela época.

**PALAVRAS-CHAVE:** Aliança Nacional Libertadora (ANL); Frente Popular; Era Vargas.

### EDITOR-CHEFE:

Vicente da Silveira Detoni

### EDITORA-GERENTE:

Renata dos Santos de Mattos

**SUBMETIDO:** 26.05.2021

**ACEITO:** 14.07.2022

### ABSTRACT

The Aliança Nacional Libertadora (ANL) was a popular front that existed in Brazil in the 1930s. It was composed of parties such as the Communist Party of Brazil (PCB), the Brazilian Socialist Party (PSB), the leftist lieutenant, unions and other popular associations. Its agrarian and anti-imperialist program, due to the fact that the ANL has become a mass organization, had great repercussions and continued with its principles being defended by the organizations of the Brazilian left at least until the end of the 20th century. Our objective in this article is to make an exhibition of the national liberating program from a historical perspective, addressing its context of emergence and existence, the historical problems of Brazil that the organization proposed to solve and make a succinct approach of how these problems were common to others national political forces present at that time.

**KEYWORDS:** Aliança Nacional Libertadora (ANL); Popular Front; Vargas Age.

## INTRODUÇÃO

A Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi uma organização política nacional fundada oficialmente em março de 1935. Segundo seus estatutos, ela era uma associação constituída de aderentes individuais e coletivos, com o fim de defender a liberdade e a emancipação nacional e social do Brasil (VIANNA, 1992, p. 123). Dela faziam parte o Partido Comunista

### COMO CITAR:

ANDRETO, L.A. O Programa da Aliança Nacional Libertadora (ANL). *Aedos*, v. 14, n. 32, p. 202-222, jul.–dez., 2022.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

\* Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Unesp Graduado e Mestre em História pela mesma instituição. ORCID iD: 0000-0003-2552-6052. E-mail: andreto.lucas@gmail.com

do Brasil (PCB), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Democrático Social (PDS), além de sindicatos, organizações de mulheres, estudantis etc.

A ANL destacou-se por ser uma organização de massas, conseguindo organizar vários núcleos principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Estruturava-se por meio de um diretório nacional que se desdobrava em diretórios estaduais e municipais e, por fim, em núcleos ligados a esses diretórios que poderiam ser distritais, profissionais, associativos, escolares e rurais. Em três meses de vida a ANL fundou mais de 1500 núcleos por todo o Brasil e tinha uma média diária de filiação em torno dos 3000 aderentes. Ao que tudo indica, a ANL conseguiu congregiar em suas fileiras mais de 100 mil pessoas numa época que no Brasil não havia ainda 40 milhões de habitantes. Alguns jornais apoiavam a organização e se faziam porta-voz, como era o caso do *A Manhã*, no Rio de Janeiro e o *A Platéia*, em São Paulo (VIANNA, 1992, p. 123).

O surgimento da ANL pode ser creditado à síntese de três forças políticas presentes na sociedade brasileira no início da década de 1930: o movimento comunista, a esquerda tenentista (que rompeu com o governo de Getúlio Vargas e passou a lhe fazer oposição) e o antifascismo, como bandeira política defendida pelos mais heterogêneos setores da população, desde anarquistas até democratas liberais. Não obstante, não há dúvida que coube aos dois primeiros o papel de principais organizadores e guias políticos da ANL. Os tenentistas levaram adiante a organização nacional libertadora. A ANL foi fundada numa reunião de oficiais do Exército e da Marinha, sob presidência de Hercolino Cascardo, tenentista histórico que se tornou presidente da ANL (VIANNA, 1992, p. 112). Os comunistas, por sua vez, destacavam-se como o núcleo militante mais ativo e capaz de se fazerem influentes por sua “força de propulsão e pela influência ideológica”, nas palavras de Marcos Del Roio. Segundo o mesmo autor, apenas 10% dos militantes da ANL eram comunistas (DEL ROIO, 1990, p. 288). Desta forma, se os tenentistas eram a coluna vertebral organizativa e capazes de trazer para a ANL os setores descontentes do Exército e das classes médias, os comunistas forneceram a base do programa político a ser defendido, a orientação ideológica, o elemento militante e de inserção na classe operária. O combate ao imperialismo e a estrutura agrária fundamentada nas grandes propriedades de terra, pilares do programa nacional libertador, era também o essencial do programa comunista, e mesmo as outras propostas que compunham o programa nacional libertador faziam com que ele fosse muito parecido com o programa formulado pelo PCB em sua Primeira Conferência Nacional, em julho de 1934 (PRESTES, 1997, p. 69).

Visto que os comunistas e os tenentistas compartilhavam uma verdadeira história de desencontro durante os anos 1920, em que sempre que tentavam entrar em acordo para uma união política, um dos lados recusava, é de se perguntar o que possibilitou que estas duas forças se juntassem na ANL. Na resposta para esta pergunta concordamos com Anita Prestes de que os dois fatores essenciais foram a desilusão dos tenentistas com as saídas da crise dos anos 1930 fornecidas pelo governo Vargas, conjuntamente com o papel desempenhado por Luiz Carlos Prestes, que surgiu para seus velhos companheiros militares como único capaz de liderar um movimento nacional de renovação política. Para isso, foi determinante o fato de que Prestes já havia lançado sua proposta para resolver os problemas do Brasil em seu Manifesto de Maio de 1930 (que era, aliás, a adesão ao programa do PCB), ao qual os tenentistas haviam discordado por achar radical demais. Uma vez que o governo Vargas causou neles grande frustração, o programa “agrário e anti-imperialista” do líder da Coluna Invicta apareceu como a resposta correta que havia sido ignorada (PRESTES, 1997, p. 72).

A Aliança Nacional Libertadora teve uma vida curta como organização política. Tem suas origens em algum momento difícil de definir nos fins de 1934, quando uma série de movimentos das forças democráticas já citadas começaram a se encontrar e sentir a necessidade de criar um projeto comum. Nasceu formalmente em 30 de março de 1935 e entrou na ilegalidade no dia 11 de julho do mesmo ano, em decorrência do medo que gerou no governo como força de oposição que crescia em escala ascendente. Porém, seu programa tão repercutido e aclamado na época tornou-se um paradigma na esquerda brasileira, de tal sorte que pelo menos por todo o século XX as propostas presentes nas organizações de esquerda passavam pela questão da soberania nacional e da mudança das bases agrárias do país. Ainda que hoje a história da ANL conte com uma bibliografia expressiva<sup>1</sup>, o programa nacional libertador recebeu a atenção sempre de algumas poucas páginas de cada obra, muitas delas indicando para seu caráter abstrato, demasiadamente vago. Com isto em mente, nosso artigo pretende ter seu foco no programa nacional libertador sob a perspectiva do contexto histórico em que estava inserido e das possibilidades políticas de transformação ou conservação social que se colocavam como alternativas para o momento. Será dividido em três partes: a primeira busca expor sucintamente os principais problemas sociais brasileiros pendentes, historicamente acumulados e que a ANL buscava resolver; a segunda parte é a exposição do programa nacional libertador com base nos documentos da organização e seus principais porta-vozes; e a terceira é uma comparação também sucinta da proposta de sociedade criada pela ANL com as outras propostas presentes anos 1930 e o que de fato aconteceu.

## O CARÁTER PASSIVO DA REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL

A ANL como organização política foi fruto da crise do pós-guerra e da década de 1930 de maneira específica. É essencial para entender seu surgimento o plano de fundo histórico marcado pelo esfacelamento do liberalismo (como política econômica e de Estado) em praticamente todo o mundo, seguido pela expansão do movimento comunista mundial e a ascensão dos regimes nazifascistas. No Brasil, o mesmo processo ocorreu sob a presença da crise do café que paralisou a economia brasileira nos anos de 1929 a 1932 e a “crise de hegemonia” política aberta pela Revolução de 1930 (FAUSTO, 1997). A partir de então, uma série de projetos de poder disputaram os rumos a serem tomados pelo país, de maneira que a ANL, bem como a Revolução Constitucionalista e a Ação Integralista Brasileira foram expressões deste fenômeno. Todavia, ainda que o programa da ANL buscasse apresentar-se como resposta para os problemas do momento, seu conteúdo apontava para questões mais profundas da história brasileira. Buscava romper com toda a via de desenvolvimento do capitalismo traçada pelo Brasil até então e oferecer outra que lhe fosse antagônica. Assim, a ANL não propunha apenas medidas pragmáticas, mas um acerto de contas histórico, a realização, como disse Prestes, da revolução democrático-burguesa. Conceito muito usado pelos comunistas, a via “democrática” da revolução burguesa apontava para um desenvolvimento capitalista de matiz industrial, independente economicamente de países estrangeiros e com a garantia de direitos sociais e políticos para a população.

Os anos 1930 caracterizam-se por ser um período de saturação de contradições sociais que eram acumuladas há muito tempo, fruto da modernização tardia, dos choques de civilização e barbárie pelo qual a tradicional sociedade brasileira advinda do período colonial e do Império era transformada em

1 Além das obras já citadas, cf. (COSTA, 1995); (FONSECA, 1986); (HERNANDEZ, 1985); (SODRÉ, 1986) (PINHEIRO, 1991).

sociedade capitalista. Não à toa, esse período, que vai da abolição formal da escravidão e nascimento da República, passando pela Revolução de 1930 e adentrando a “Era Vargas”, é definido por muitos autores como correspondente a Revolução Burguesa no Brasil (SODRÉ, 1990; FERNANDES, 1976). Cabe adicionar que esses autores nunca deixaram de caracterizar essa revolução burguesa como de “via prussiana” (SODRÉ, 1990), ou ainda um percurso convergente ao que Gramsci chamou de “revolução passiva”, isto é, um processo no qual as forças sociais antagônicas à ordem vigente são insuficientes para instaurar uma nova ordem, mas por meio da luta conseguem elementos de pressão suficientes para obrigar as velhas classes dominantes ceder algumas concessões às classes subalternas, atraindo seus intelectuais e incorporando novas forças sociais em um bloco histórico recomposto (DEL ROIO, 2018). Buscaram, desta forma, destacar a contraditória situação em que formas capitalistas de relações de trabalho e sociabilidade conviviam e apropriavam-se de formas pré-capitalistas regressivas de trabalho e sociabilidade, a “modernização” conservadora da sociedade e do Estado, sem rupturas bruscas com o poder das classes dominantes e nas formas de propriedade, a classe burguesa associada e submissa ao capital estrangeiro, o imenso esforço da mesma para combater a organização proletária e popular, impedindo o “populacho” de intervir e fazer valer seus interesses de classe durante este processo.

Enquanto o Brasil aparecia como o último país da América Latina a abolir formalmente as formas escravistas de trabalho, a tornar-se uma República e apenas iniciava seu processo de industrialização, os EUA e os países europeus economicamente mais desenvolvidos avançavam suas forças produtivas no processo que foi chamado de Segunda Revolução Industrial, nascido das mais recentes descobertas científicas aplicadas ao processo produtivo, desenvolvendo o uso da energia elétrica e dos derivados do petróleo, as indústrias químicas, a metalurgia e a siderurgia, fazendo uso de matérias primas como o alumínio, níquel, cobre etc. Surgem as grandes empresas de automóveis, os gigantescos complexos fabris, as cidades se viram povoadas por um novo mundo das mercadorias que transformavam qualitativamente a vida e a sociabilidade humana: telégrafo, telefone, navios transatlânticos, aviões, iluminação elétrica, fotografia, cinema, rádio, novos tipos de remédios. A necessidade de matérias primas ausentes ou insuficientes na Europa e EUA para alimentar esses novos ramos industriais fizeram imperativo para eles levar a cabo a “partilha do mundo”, dando início à fase imperialista do capitalismo, avançando para o domínio neocolonial dos países africanos e asiáticos, expandindo os mercados de exportação de capitais e mercadorias e submetendo os povos desses países a um violento regime de exploração da força de trabalho (LÊNIN, 2012).

O Brasil foi dragado pela lógica de expansão do capital. O governo republicano fundado em 1889 conservou a dívida pública brasileira contraída com os países estrangeiros (sobretudo a Inglaterra, de quem o Império firmou 17 empréstimos) durante o período imperial e, não obstante, contraiu novas com os *Funding Loans* de 1898 e 1914. Além de financiar o setor agroexportador da economia brasileira, os constantes empréstimos serviam para pagar justamente a dívida pública externa, em um eterno ciclo vicioso. Já no governo provisório de Vargas, o Estado brasileiro contraiu com a Inglaterra mais uma dívida de 20 milhões de libras esterlinas para evitar a falência da cafeicultura paulista (LEOPOLDI, 2003, p. 245).

As empresas imperialistas também foram as responsáveis por inserir o Brasil no mundo das mercadorias da Segunda Revolução Industrial, contribuindo com sua cota parte para o vertiginoso processo de transformação que o país viveu durante a República Velha. Elas passaram a investir no

setor produtivo brasileiro, principalmente nas ferrovias, instalações portuárias, na indústria de geração de energia elétrica, indústria de máquinas, equipamentos e mineração (ARRUDA, 2012, p. 139 – 148). Todos eles ramos que tendiam a reforçar a economia agroexportadora brasileira e seu caráter dependente. Enquanto em 1889 o Brasil contava com 9.176 km de malha ferroviária, em 1929 já chegava a 32.000 km (ARIAS NETO, 2003, p. 208). A *Brazilian Traction Light & Power*, firma organizada no Canadá com capitais ingleses, foi a grande fornecedora de energia elétrica para as cidades brasileiras durante este período. Seus negócios abrangiam também os serviços de transporte urbano (com destaque para os bondes nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro), água, esgoto, gás e telefone (ARRUDA, 2012, p. 143).

Os carros também passaram a ser elemento presente nas ruas das grandes cidades do Brasil. Fruto de admiração e confusão, numa época em que não havia leis de trânsito e o transporte corrente até então era de tração animal, vinham, sobretudo, de fábricas da Ford e GM implantadas no país. Todos eles, elementos de modernização, que pareciam espantosos para a população brasileira. Nicolau Sevckenko soube expressar muito bem o quanto todos esses elementos passaram a mudar a sociabilidade e mesmo a percepção dos habitantes das metrópoles: a vida se tornava frenética, as tradições e relações familiares, comunitárias, interpessoais se esfacelavam. Passava a vigorar o individualismo, a impessoalidade, o isolamento do indivíduo em meio à multidão, que, por sua vez, acarretavam a ansiedade e a solidão como males psíquicos e emocionais da sociedade burguesa (SEVCENKO, 2006, p. 592).

Contudo, a indústria, que era o grande motor de crescimento das cidades, não tinha sua raiz no capital estrangeiro, mas sim do excedente do setor agroexportador, alimentado por todo o século XIX na força de trabalho escravizada e no início do XX na exploração dos imigrantes. O Brasil, contava em 1907 com 3.258 indústrias às quais correspondiam 149.018 operários, já em 1920 o número de indústrias havia saltado para 13.336 e o de operários para 275.512 (SILVA, 1985, p. 78-79). A população brasileira estipulada em 1890 é de 14.333.915 habitantes, em 1925 são 35.804.704 e em 1940, 40.272.650, com concentração na região dos estados de São Paulo, Minas, Bahia, Distrito Federal (Rio de Janeiro) e Rio Grande do Sul (BASBAUM, 1969, p. 140), notavelmente os lugares com expressivo crescimento urbano e industrial.

À maneira descrita no livro de Engels, “onde surge uma fábrica de médio porte, logo se ergue uma vila” (ENGELS, 2008, p. 64) e sob essa lógica o movimento de concentração do capital passou a modificar completamente a vida social e a estrutura urbana, não apenas dando a luz a bairros inteiros, mas também transformando os bairros antigos. Aos poucos, o perfil colonial das grandes cidades passava a ganhar um caráter moderno-capitalista. Quando não era a própria lógica do capital a modernizar os bairros das cidades grandes, o Estado cumpria essa tarefa. No Rio de Janeiro, a reforma urbana de 1906, o “bota-a-baixo”, dizimou os velhos casarões aristocráticos abandonados pelos antigos donos e então habitados pela população proletária da cidade, bem como os cortiços onde famílias inteiras empilhavam-se. O Rio de Janeiro conhecido como “túmulo de europeu” por ser foco de doenças tropicais que tinham efeito agressivo contra os estrangeiros, passou a “civilizar-se”, como dizia o slogan da época. A população expropriada de suas casas, combatida e abatida em sua revolta pelas forças públicas, foi jogada à própria sorte e tornaram-se fundadoras das primeiras favelas do Rio de Janeiro (SEVCENKO, 1983). No lugar onde moravam foram construídos a Avenida Central (Avenida Rio Branco), o Teatro Municipal, a Biblioteca Nacional, a Escola de Belas-Artes, a Galeria do Cruzeiro, dando encarnação empírica a proposição de Walter Benjamin de que “não há monumento à civilização que não seja também monumento à barbárie” (BENJAMIN, 2012, p. 9).

A grande massa anônima da sociedade brasileira se recusou a simplesmente assistir a esse processo de maneira “bestializada”, ainda que muitas vezes surpreendida. Os anos iniciais do século XX no Brasil já encontraram organizados os primeiros sindicatos e as primeiras tentativas de fundação de partidos socialistas e trabalhistas. Em 1906 ocorreu o I Congresso Operário e nasceu a Confederação Sindical Brasileira (COB) com o objetivo de unificar o proletariado do país inteiro em torno de seus interesses econômicos. De 1917 a 1921 as cidades industriais brasileiras presenciaram poderosos movimentos grevistas e mesmo uma tentativa de “tomada do poder” pelos operários em 1918. Em 1922 o Partido Comunista do Brasil (PCB) tornou-se o primeiro partido operário de existência estável (ainda que ilegal) e passou a ter preponderância cada vez maior como expressão política da organização do proletariado (DULLES, 1977).

Da mesma forma, as classes médias se organizaram fundando ligas de inquilinos e consumidores, fizeram-se presentes por um movimento estudantil nascente (cuja Faculdade de Direito de São Paulo é expoente), lutaram por vezes ao lado do proletariado, outras contra o proletariado, mas em geral estas duas classes sociais uniram-se na batalha contra a carestia de vida, o acesso a moradia e preços acessíveis ao transporte público. Contudo, as classes médias não constituem um partido político próprio até a fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB) em 1932 (TRINDADE, 1974). Não criando um partido próprio de classe (mesmo em razão de sua composição social bastante díspar e contraditória), as classes médias estavam presentes em partidos operários como o Partido Comunista e o Partido Socialista, assim como em partidos oligárquicos como o Partido Democrático de São Paulo. Não obstante, autores como Virgínio Santa Rosa consideram o tenentismo, movimento de grande importância para a derrubada da Primeira República, sendo uma das espinhas dorsais da composição da Aliança Liberal que levou a cabo o golpe de Estado de 1930, como movimento que expressava os anseios de reconhecimento político das classes médias (SANTA ROSA, 1976).

Além de via de canalização do descontentamento das classes médias, o tenentismo também era dono de um caráter corporativo militar que trazia consigo a revolta presente nos setores baixos do Exército brasileiro (FORJAZ, 1977, p. 31-32) e a necessidade de modernização das forças armadas, não apenas em aspectos técnicos e de equipamentos, mas também na sua organização e sociabilidade, abolindo castigos e torturas herdadas do Brasil Império: surras de espada sem corte, marchas solitárias e chibatadas. Além dos castigos, os soldados apresentavam grande insatisfação com o baixo soldo - suficiente apenas para o próprio sustento e um modesto nível de vida -, com a imensa dificuldade de subir na hierarquia militar, com as péssimas condições da profissão. As revoltas tenentistas incorporaram essas insatisfações conjuntamente com a ideia de um Exército formado com consciência política e único sujeito apto a governar a nação (CARONE, 1972).

A década de 1930 é o momento em que esse mar de contradições, demandas sociais e políticas, emergiram de maneira inexorável. Assim como a França de 1848, o Brasil era um “barril de pólvora” pronto para explodir. A Revolução de 1930 não fez mais do que abrir um período de crise de hegemonia, ou seja, de indeterminação onde as classes dominantes buscam reorganizar a ordem e as classes populares trataram de exigir o reconhecimento e realização de suas demandas. Uma notável variedade de projetos político-sociais vem à tona, disputando com fervor os seus pontos de vista por meio de partidos e movimentos, de maneira que figuraram na mesma época, além da Aliança Nacional Libertadora, a Ação Integralista Brasileira, Partido Comunista, o Partido Socialista Brasileiro (listando

apenas os partidos nacionais e deixando de lado também os anarquistas, que apesar de ainda ser uma força política importante, não se organizavam em partido). De todos esses projetos, nosso objetivo é expor apenas o da Aliança Nacional Libertadora, deixando por pressuposto que em si, já é ilustrativo das lutas que se travaram durante aquele período. Depois, com objetivo de abordá-lo em aspecto mais amplo, faremos uma comparação sucinta do programa político da ANL com os dos outros partidos políticos e com o que de fato foi feito durante o período do Estado Novo.

## O PROGRAMA DA ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA

O programa nacional libertador, durante o tempo de existência da ANL, sofreu constantes mudanças, ainda que as linhas gerais tenham permanecido. Em grande parte, são “adições” ao programa original, desenvolvimentos desse programa, mas também transformações qualitativas. As mudanças expressaram as diferentes tendências políticas presentes dentro da Aliança, principalmente as tendências tenentistas e comunistas, que tiveram visões diferentes do que é a ANL ou do que ela deveria ser, ainda que concordassem no essencial para manter a unidade da organização. Pode-se definir, contudo, que ao chegar no fim de sua existência legal, a Aliança Nacional Libertadora havia construído um programa que girava em torno de três eixos de negação e um propositivo, isto é, combate ao imperialismo, o feudalismo, o fascismo e a construção do que chamaram de um “governo nacional popular revolucionário”.

O manifesto-programa de março de 1935, assinado por Hercolino Cascardo e outros tem preponderância do tenentismo. Neste manifesto, a Aliança se definiu em torno da luta contra o imperialismo e o feudalismo. O imperialismo, como a dominação de potências estrangeiras sobre o Brasil, que é demonstrado no manifesto por meio da dívida do Estado brasileiro (incluindo estados e municípios) com os países estrangeiros. Trata-se principalmente da dívida contraída ainda na Primeira República e nos primeiros anos do governo provisório para salvar a economia do café.

O Brasil cada vez mais se vê escravizado aos magnatas estrangeiros. Cada vez mais a independência nacional é reduzida a uma simples ficção legal. Cada vez mais o nosso país e o nosso povo são explorados, até os últimos limites, pela voracidade insaciável do imperialismo.

De acordo com os dados oficiais, publicados em Nova York, o Brasil pagou, no ano de 1932, pelos fundings federais, pelas dívidas dos Estados, dos Municípios, do Instituto do Café, pela consolidação do crédito (com o descoberto do Banco do Brasil), pelas “despesas” administrativas no estrangeiro, cobrados pelos nossos próprios credores um total de 21.794.317 libras [...]

Os juros pagos pelo Brasil a seus credores já se elevam a mais do dobro da importância que ele recebera como empréstimo. Os lucros fabulosos das companhias imperialistas já ultrapassam, de muito, o capital por elas investido. E, entretanto, continua o país com uma fabulosa “dívida” externa; continuam os capitalistas estrangeiros a dominar nossas fontes de energia e nossos meios de comunicação – numa palavra – todas as partes fundamentais e básicas da economia moderna (VIANNA, 1995, p. 282).

O manifesto também categorizou como expressão da dominação imperialista as remessas de lucros das empresas estrangeiras instaladas no Brasil para seus países de origem. Em síntese, tratava-se de demonstrar quanto de riqueza produzida no interior do país era enviada para o exterior. Entendendo que esta riqueza, se permanecesse aqui, seria investida no desenvolvimento econômico e social interno, mecanismos econômicos como a dívida pública externa ou a presença das empresas estrangeiras em solo brasileiro eram vistos como elementos que estruturavam a subordinação do Brasil aos países imperialistas por meio da exploração econômica.

[...] de acordo ainda com as informações oficiais, os lucros, os dividendos das companhias estrangeiras aqui estabelecidas e a remessa de dinheiro para o exterior, sob diversas formas, atingiam uma média anual de 20 milhões de libras.

Assim, um total de 40 milhões de libras, representando, ao câmbio atual mais de 3 milhões de contos, é anualmente entregue, como tributo de nossa escravidão, aos magnatas imperialistas!

Nos últimos quatro anos, o valor anual da produção brasileira não ultrapassou os 10 milhões de contos. E assim, se notarmos que grande parte desta quantia deve ser destinada à reprodução do capital, fundo de reservas, gastos com transporte, pagamento de dívidas internas etc, chegaremos a esta pavorosa conclusão: os 45 milhões de brasileiros recebem, do seu trabalho, tanto quanto meia dúzia de parasitas estrangeiros que exploram e escravizam o país (VIANNA, 1995, p. 282).

Os dois itens presentes no começo do programa da ANL, “cancelamento das dívidas imperialistas” e “nacionalização das empresas imperialistas” (VIANNA, 1995, p. 282) são decorrências lógicas da análise que faziam sobre a razão da permanência do Brasil como um país pobre, não desenvolvido econômica e socialmente.

O feudalismo, ainda que não seja dito explicitamente, pode ser entendido no manifesto como a vigência do latifúndio agrário, isto é, a concentração da terra por um número diminuto de proprietários em comparação ao número total da população do campo, com a presença de formas pré-capitalistas de relações sociais de trabalho e retirada de excedente, o que incluía a prisão dos trabalhadores rurais à terra por meio de dívidas contraídas com o latifundiário, o pagamento de parte da produção da área cultivada pelo trabalhador para o patrão, remontando a corveia, as muitas formas de dominação no campo estruturada pela relação pessoal entre o trabalhador agrícola e o dono das terras. Depois de afirmar que o imperialismo protegia o “feudalismo” com o objetivo de fazer uso de “mão de obra por preço vil” (VIANNA, 1995, p. 282), a crítica à estrutura agrária da economia brasileira comparece no Manifesto-programa da ANL nos seguintes termos:

O nosso território está, pois, na sua quase totalidade, monopolizado pelos grandes latifundistas em cujas fazendas vive, sob o jugo de uma exploração medieval, a grande massa da nossa população laboriosa. Mas, afirmam os grandes latifundistas, no Brasil ainda há muita terra para ser cultivada... por que, pois, falar contra o latifúndio?

Estes senhores apenas se esquecem que novas e grandes explorações do solo exigem capitais enormes para os instrumentos, o plantio e a manutenção dos trabalhadores; que o cultivo da terra é um longo processo histórico, feito gradativamente através de gerações e gerações; e que essa massa de trabalhadores cujo suor fertilizou os nossos campos e cujos pais viveram no árduo trabalho de sol a sol, não tem a posse da terra, injusta e esterilmente entregue, na sua quase totalidade, aos parasitas latifundistas.

Mas o feudalismo, após a libertação dos escravos, não se teria certamente mantido, como não se manteve nos Estados Unidos, após o triunfo dos abolicionistas, se não fosse o auxílio poderoso do capital financeiro imperialista. [...]

O imperialismo, dominando o país, explorou-o, para seu único proveito: reduziu-o a um simples fornecedor de matérias primas, deixando inexploradas as nossas minas de ferro, níquel etc. as nossas maiores fontes de riquezas. O imperialismo impediu, como ainda impede, o desenvolvimento da metalurgia, da indústria pesada, de tudo, enfim, que possa fazer concorrência à sua própria produção (VIANNA, 1995, p. 283).

Era, portanto, uma crítica de caráter econômico-ético. A estrutura do latifúndio, além de negar aos trabalhadores do campo a posse da terra, submetendo-os ao trabalho por baixo preço para o dono das terras e uma condição de miséria, impedia o avanço das técnicas modernas de produção rural

e mantinha o país numa frágil produção primário exportadora, obedecendo a demanda dos países industrializados da Europa e os EUA.

Assim, defende o manifesto, a solução para esses problemas, apresentada pelo programa aliancista é “a entrega dos latifúndios ao povo laborioso que os cultiva”, “a libertação de todas as camadas camponesas da exploração dos tributos feudais pagos pelo aforamento, pelo arrendamento da terra etc.” e “anulação de todas as dívidas agrícolas” (VIANNA, 1995, p. 284). Contudo, o manifesto não deixa claro o tipo de reforma agrária defendida pela ANL, isto é, se seria, por exemplo, uma reforma agrária que coletivizaria as terras para os camponeses (ao modelo soviético), ou uma reforma agrária de parcelamento das grandes propriedades em pequenas (como feito na Revolução Francesa).

O manifesto ainda teceu uma crítica à estrutura do Estado brasileiro, apresentado como necessariamente autoritário, pois de outra maneira não conseguiria manter e defender a configuração econômica fundamentada na complementariedade entre os interesses burgueses imperialistas e das oligarquias agrárias, que pressupunham a exploração voraz da mão-de-obra dos trabalhadores e uma situação de permanente miséria. Assim, contra a organização das classes trabalhadoras do campo e da cidade, “o imperialismo, apavorado com o invencível despertar da consciência nacional, impõe leis monstruosas e bárbaras que aniquilam a liberdade” (VIANNA, 1995, p. 283). Deste tipo de Estado cujo “estado de exceção” é uma regra, consonante mais uma vez com um termo de Benjamin (BENJAMIN, 2012. P. 125), decorre a presença no programa da ANL da “liberdade em toda a sua plenitude” e “o direito do povo manifestar-se livremente” (VIANNA, 1995, p. 284). Não se pode esquecer que a ANL surgiu e durante todo seu tempo de vida lutou contra a promulgação da Lei de Segurança Nacional.

Coerente com a crítica desenvolvida até então à configuração econômica e social do Brasil, o programa da ANL apresentou ainda a reivindicação do “uso da riqueza evadida do Brasil para benefício do povo brasileiro”, “exploração das riquezas e desenvolvimento das forças produtivas”, diminuição dos impostos para baixar o custo de vida e “desafogar” o comércio. Por várias vezes no manifesto-programa foi salientado que em razão da estrutura primário exportadora e do domínio das finanças públicas e dos recursos naturais pelas empresas estrangeiras, “o imperialismo, [...] cerceia o desenvolvimento das nossas forças produtivas” (VIANNA, 1995, p. 283). Contudo, essas reivindicações foram certamente abstratas demais, por não definir, por exemplo, o que entendiam por medidas “para o benefício do povo brasileiro” e “como fazê-las” e tampouco quais riquezas naturais explorar e como seria esse desenvolvimento. O pouco que é possível conhecer sobre essas questões infere-se pela última parte do programa, que reivindicava aumento do salário dos trabalhadores, medidas de amparo e assistência social, desenvolvimento da “instrução” e saúde pública. Ainda que também nesse caso não haja qualquer detalhe, permanecendo no nível de reivindicações abstratas, é provável estar aí a prioridade para o uso da riqueza produzida no Brasil por meio das medidas como o cancelamento das dívidas com os países imperialistas, nacionalização das empresas imperialistas etc.

Apesar de não existir nenhuma formulação, proposta ou reivindicação explícita no manifesto-programa, é possível perceber nele (e em outros textos políticos da ANL) o objetivo da industrialização do Brasil, com foco no setor metalúrgico e militar, o que é expresso nas passagens que denunciaram ser o interesse do imperialismo fazer do Brasil um país fornecedor de matérias prima que não desenvolve suas potencialidades de exploração de ferro e níquel, “impedindo o desenvolvimento da metalurgia e outras áreas industriais que poderiam fazer concorrência aos países imperialistas no mercado internacional”

(VIANNA, 1995, p. 283) assim como quando fez a crítica da compra de armas estrangeiras pelo Estado brasileiro (principalmente da Itália, Japão e Alemanha) em vez de desenvolver uma indústria bélica nacional (VIANNA, 1995, p. 284).

O objetivo da industrialização, principalmente da construção de um complexo industrial militar voltou a ser debatido quando a ANL, ao lançar o documento dirigido aos militares brasileiros, defendeu a “construção de uma indústria bélica para armar e equipar o exército” que, segundo ela, deveria ter pelo menos “200 mil homens”<sup>2</sup>.

A proposta aliancista para o exército é outro ponto basilar da política da ANL, que não é tão explícita em seu manifesto-programa, mas clara no manifesto da organização para o Exército. O manifesto “Aliança Nacional Libertadora ao Exército Nacional” retomou uma tradição de lutas populares do Exército Brasileiro tentando empregar outro significado para a sua história como a de um exército com tendências desde sempre anti-imperialistas e populares. Esta tendência, evidentemente, deveria ser objetivada em política de Estado pela ANL, de maneira a existir um projeto, bastante vago, de política militar onde o Exército brasileiro torna-se “político, popular e anti-imperialista”, servindo como “ponte do povo em armas para combater o imperialismo”, contando com a já comentada estrutura industrial militar. Não é dito como exatamente isso seria feito, como funcionaria de maneira mais concreta a relação Exército-povo e Exército- povo-em-armas. Todavia, tratava-se, certamente, de um projeto de democratização do Exército que talvez não encontre paralelo na história brasileira (VIANNA, 1995).

Um pequeno avanço no desenvolvimento do projeto nacional libertador para o Exército foi formulado por Luiz Carlos Prestes em suas instruções escritas para o jornal *O Libertador*, órgão do Comitê Militar da Aliança Nacional Libertadora. As instruções apresentaram a intenção de criar um jornal voltado para os oficiais do Exército, Marinha, Polícias estaduais e “outras forças armadas existentes no país” (VIANNA, 1995, p. 298). O intuito era que *O Libertador* funcionasse como uma espécie de jornal leninista para o Exército, isto é, politizador, orientador ideológico, centralizador de ações, propagandeando e inserindo os soldados nas formulações da ANL. Nas palavras do próprio Prestes, o jornal serviria de “elemento organizativo e esclarecedor ao mesmo tempo”. O periódico deveria explicar aos militares a necessidade da luta contra o imperialismo e seus agentes nacionais, “defender a necessidade de um Exército nacional, unificação de todas as forças armadas existentes no país”, explicar o que é o integralismo como agente do imperialismo e combatê-lo, além de publicar artigos técnicos militares sobre a necessidade de uma indústria nacional de metalurgia e armamentos, artigos sobre a tática dos exércitos revolucionários, os casos de guerras nacionais por independência e sobre a tática militar usada no movimento tenentista, incluindo a Coluna Prestes.

Além de um projeto geral de exército, a Aliança Nacional Libertadora procurou absorver em suas reivindicações as demandas históricas dos soldados e membro de baixa patente do Exército de maneira geral.

2 Segundo dados levantados pelo historiador José Murilo de Carvalho por meio dos Almanques do Ministério da Guerra, o Exército brasileiro contava com um efetivo de 80.182 em 1934. Dez anos depois, ao fim do Estado Novo, esse contingente aumentou para 171.300, período em que o país tinha aproximadamente 40 milhões de habitantes (CARVALHO, 2006, p. 87). Hoje, com cerca de 210 milhões de habitantes, o Brasil conta com um Exército de 219.000 de efetivos (BRASIL. Decreto nº 8.399, de 05 de fevereiro de 2015. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 127).

- f) defender os interesses econômicos dos oficiais de todas as corporações militares, lutando desde já pela igualdade dos vencimentos dos oficiais da polícia com os oficiais do Exército;
- g) defender os interesses dos sargentos contra as medidas do Estado-Maior, não permitindo o engajamento e o reengajamento (VIANNA, 1995, p. 299).

As instruções de Prestes buscavam também criar a organização política dos soldados e prepará-los para a tomada do poder, ao afirmar:

[...] a necessidade atual de não permitir que o Exército e as demais forças armadas do país continuem a ser exploradas pelos politiqueros. Em cada corpo, em cada repartição militar devem os oficiais se congregarem, formar um comitê ou núcleo da ANL e ligar-se imediatamente ao Comitê Militar da ANL existente no Rio de Janeiro e que prepare cuidadosamente a marca para a implantação do GOVERNO NACIONAL REVOLUCIONÁRIO com Prestes à frente (VIANNA, 1995, p. 299).

No decorrer dos meses de maio a julho, a ANL somou aos pilares do combate ao imperialismo e o feudalismo, o combate ao fascismo (encarnado principalmente no integralismo) e, a partir do momento que Luiz Carlos Prestes se fez presente no Brasil e começou a atuar pela Aliança, surgiu a ideia da transformação da ANL em um instrumento de tomada do poder político para a construção do “Governo Popular Nacional Revolucionário”, que nada mais seria do que a aplicação prática do programa da ANL. Os autores que estudaram a ANL mostram que ela padecia de uma contradição: apresentava um projeto político, mas não apresentava meios de realizá-lo. A proposta de um Governo Popular Nacional Revolucionário não estava presente na ANL até então, que enunciava por meio de seus outros representantes políticos, como Herculino Cascardo, uma concepção bastante diferente da participação da Aliança na política. A partir do momento que Prestes e principalmente os comunistas passaram a defender a tomada do poder e a construção do governo revolucionário, delimitaram-se na ANL duas concepções mutuamente excludentes de realização de seu programa: a de luta passiva, dentro da legalidade e a tomada do poder pela insurreição.

Na entrevista de Herculino Cascardo, ao jornal *Terceira República*, no dia do aniversário das revoltas tenentistas (cinco de julho) de 1935, se fez de forma muito presente o caráter antifascista da ANL, mostrando-se como um terceiro pilar da organização. O antifascismo compareceu na forma de combate ao integralismo, que nas palavras de Cascardo era uma “doutrina dos impostores e da mentira”, para além de outros qualificativos como golpista, antinacional e, o que é muito interessante, antimilitar, visto que “constituindo uma milícia para substituir o nosso Exército” (VIANNA, 1995, p. 295). A crítica chama atenção por, em vez de criticar o militarismo ou autoritarismo do integralismo, denunciar seu caráter de inimigo do Exército por querer substituí-lo por milícias integralistas. Evidentemente é preciso ter em conta que para a ANL militarismo não era sinônimo de autoritarismo e tampouco algo antidemocrático, visto que tinham como visão e objetivo um Exército popular e nacionalista.

Para Cascardo, a atitude de combate da ANL frente ao integralismo deveria incluir o esclarecimento dos “integralistas iludidos” para que mudem de posição política e quanto aos integralistas convictos “a mais firme punição”. Cascardo afirmou ainda que o governo aliancista garantiria pão, terra e liberdade para todos, “mesmo os adversários de hoje”, pois “isso de óleo de rícino, machado no pescoço e cepo é para nazistas e integralistas. Um aliancista é um homem de ideias superiores, acima dessa miserável vingança” (VIANNA, 1995, p. 297).

Cascardo também faz questão de distanciar a ANL do comunismo, dizendo que “nós não somos comunistas. E os comunistas não aprovam nada do que estamos fazendo. Eles só aprovam aquilo que eles determinam. E quem não obedece eles expulsam” (VIANNA, 1995, p. 296). Em relação a como a ANL deveria participar da política, Cascardo deixa claro uma concepção legalista e mesmo de distanciamento formal dos órgãos de poder: [A ANL] “quer fazer doutrina, de tal forma que os candidatos de todos os partidos que aceitarem o programa da Aliança, por força dos mesmos princípios, são candidatos da Aliança”. Em outras palavras, a Aliança seria suprapartidária, mas não um partido ou instrumento de tomada do poder. Para reforçar o caráter legalista da Aliança Nacional Libertadora, Hercolino Cascardo expõe o programa da organização deixando na frente de cada item a lei constitucional que lhe corresponde, no objetivo de deixar claro que a ANL não tinha a intenção de fundar um novo governo com uma nova Constituição, mas exigir a aplicabilidade da Constituição que já existia.

Antagônica a essa visão da ANL é aquela apresentada por Luiz Carlos Prestes em seu Manifesto de Julho, ainda que Prestes tenha buscado conservar o aspecto de frente única da ANL ao dizer que “todas as pessoas, grupos, correntes, organizações e mesmo partidos políticos, quaisquer que sejam seus programas” poderiam aderir à Aliança contanto que fossem contra o imperialismo, o feudalismo e o fascismo. De fato, o manifesto de Prestes fez um esforço considerável para dirigir-se às mais diversas camadas da sociedade convocando-as a se organizar politicamente pela ANL. Mas, para além disso, é possível perceber transformações de quantidade e qualidade no programa apresentado pelo Cavaleiro da Esperança, modificando algumas pautas e incluindo outras que não compareciam no manifesto-programa. Cabe destacar aqui o apelo de Prestes às mulheres, aos religiosos, aos pequenos comerciantes e aos negros.

Com a Aliança estarão as mulheres do Brasil, trabalhadoras manuais e intelectuais, donas de casa, mães de família, irmãs, noivas e filhas de trabalhadores, elas formarão na Aliança porque, apesar de todas as mentiras e calúnias da imprensa venal elas compreendem e sentem que só com a Aliança poderão defender o pão para seus filhos e acabar com a brutal exploração em que vivem. As mulheres religiosas, como todas as pessoas religiosas, católicas, protestantes, espíritas ou positivistas, desejam, acima de tudo, a liberdade para seus cultos e essa liberdade é defendida pela Aliança. Com a Aliança estarão mesmo os padres brasileiros, os mais pobres e que, entrando para a Igreja não se venderam ao imperialismo nem esqueceram seus deveres frente ao povo. [...] Com a Aliança estarão os artesãos, os pequenos comerciantes, os pequenos industriais que, comprimidos entre os impostos e monopólios imperialistas, de um lado, e a miséria cada vez maior da massa popular de outro, ganham cada dia menos e, à medida que se pauperizam, vão passando a simples intermediários mal remunerados da exploração do povo pelo imperialismo e pelos impostos indiretos. Com a Aliança estarão todos os homens de cor do Brasil, os herdeiros das tradições gloriosas dos Palmares, porque só a ampla democracia de um governo realmente popular será capaz de acabar para sempre com todos os privilégios de raça, de cor ou de nacionalidade e de dar aos pretos, no Brasil, a imensa perspectiva de liberdade e igualdade, livres de quaisquer preconceitos reacionários, pela qual lutam com denodo há mais de três séculos (VIANNA, 1995, p. 327-328).

Essa são passagens que não apenas destoam de um pressuposto sectarismo dos comunistas contra grupos da sociedade como os religiosos e “pequeno-burgueses”, como também adicionam ao programa da ANL pautas como a “mais completa liberdade religiosa e separação da Igreja do Estado”, o incentivo econômico a pequena propriedade privada, o apelo para a participação política ativa das mulheres

na vida nacional e o combate ao racismo colocado de maneira explícita no objetivo de “completa liquidação de quaisquer diferenças ou privilégios de raça, de cor ou nacionalidade” (VIANNA, 1995, p. 329)<sup>3</sup>. Merecedor de igual destaque é a inclusão da pauta de “devolução das terras arrebatadas pela violência, aos índios” (VIANNA, 1995, p. 329). Estes temas estavam ausentes da configuração de cunho tenentista do programa e são evidentemente fruto da então recém tomada posição de Prestes em favor do comunismo, visto que, são assuntos que a Internacional Comunista e seus partidos nacionais filiados discutiam nos anos anteriores e tomavam posição (VIANNA, 1995, p. 329).

Foi também adicionada ao programa da ANL a “denúncia de tratados internacionais” com os países fascistas (principalmente Alemanha e Japão), a luta contra as condições escravagistas e feudais de trabalho, o combate as guerras imperialistas, a união da América Latina e suas classes sociais e povos oprimidos.

A pauta de nacionalização dos serviços públicos e empresas estrangeiras foi modificada no manifesto de Prestes, de maneira que, agora não seriam mais todas as empresas estrangeiras a serem nacionalizadas, mas apenas os “serviços públicos mais importantes”, sem especificar quais, e das empresas imperialistas “que não se subordinarem às leis do governo popular revolucionário” (VIANNA, 1995, p. 328).

Além disso, o manifesto de Prestes dá maior concretude a reivindicação de uma legislação trabalhista e a proposta de reforma agrária ao especificar a “jornada máxima de oito horas, seguro social (aposentadoria etc), aumento de salários, salário igual para igual trabalho, garantia de salário-mínimo”, bem como “distribuição a população pobre, camponesa e operária, das terras e utilização das aguadas, tomadas sem indenização aos imperialistas, aos grandes proprietários mais reacionários e aos elementos reacionários da Igreja que lutem contra a libertação do Brasil e a emancipação do povo” (VIANNA, 1995, p. 328-329), deixando de maneira clara uma configuração da reforma agrária voltada para o parcelamento das grandes propriedades rurais em pequenas propriedades familiares.

Por fim, Prestes apresentou uma concepção da ANL como uma ferramenta de tomada de poder do Estado. Deixou claro esta perspectiva ao afirmar que “cabe à iniciativa das próprias massas organizar a defesa de suas reuniões, garantir a vida de seus chefes e preparar-se ativamente para o momento do assalto. A ideia do assalto amadurece na consciência das grandes massas” e também ao colocar a palavra de ordem “Todo Poder à ANL” (VIANNA, 1995, p. 330-331). Também se faz presente no Manifesto

3 Apesar de contar com uma quantidade razoável de dirigentes negros, como João da Costa Pimenta e Minervino de Oliveira, o PCB não debateu a questão do negro no Brasil ou buscou inserção no movimento negro em particular até pelo menos o ano de 1931. Contudo, essa atitude não foi comum no movimento comunista mundial. Na Primeira Conferência Comunista Latino Americana, ocorrida em 1929, o Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista (SSAIC) pediu relatório sobre a questão das raças em cada país do continente. Nesta ocasião, o representante brasileiro respondeu não haver racismo no Brasil. A Internacional Comunista, comparando a declaração do relator brasileiro com os relatores dos demais países latino-americanos não se satisfaz com a resposta e, a partir de 1930, começaram a fazer uma série de críticas aos comunistas brasileiros por subestimarem a questão e tiraram uma resolução de que o PCB deveria começar “um trabalho sistemático e sério entre os imigrantes e as raças oprimidas”. É a partir de então que os comunistas começam a adentrar no movimento negro e fazer da questão negra parte do seu debate, buscando até mesmo adentrar na Frente Negra Brasileira (FNB), apesar do caráter abertamente integralista desta última. Em 1934 o PCB envia como representante ao I Congresso Afro-Brasileiro o militante negro comunista e antropólogo Edison Carneiro. Quando Luiz Carlos Prestes volta ao Brasil em 1935 e começa a participar da ALN, participar do movimento negro já era um trabalho do PCB, e dessa forma, era uma questão que Prestes tinha o dever de colocar. Cabe lembrar que Prestes preparou seu discurso do 5 de julho conjuntamente com Rodolfo Ghioldi (representante do SSA-IC) e Arthur Ewert (representante da IC). Em razão da política dos comunistas, com exceção da Ação Integralista Brasileira (AIB), que levantava a bandeira do povo negro com uma perspectiva de racismo velado, a ANL foi a única organização política nacional que não tinha na questão negra pauta única (como a FNB) a colocar a questão do negro e o combate ao racismo em seu programa (CHADAREVIAN, 2012)

de 5 de Julho um delineamento em linhas gerais de como deveria se configurar o novo governo e mesmo novo Estado a ser fundado pela revolução da ANL. Tratar-se-ia de um governo centralizado (ou centralista), uma verdadeira negação do federalismo da Primeira República e do regionalismo que sustentava o poder dos coronéis locais, opondo a eles uma “unificação nacional” ou “a unidade nacional do Brasil” para acabar com “a desigualdade monstruosa que a dominação dos fazendeiros e imperialistas impôs ao país”, de maneira que a ANL seria “a única organização realmente nacional, única organização onde os verdadeiros interesses do povo de cada Estado coincidem com os idênticos objetivos que congregam, em todo o Brasil, de Norte a Sul de Este a Oeste” (VIANNA, 1995, p. 325).

### O PROGRAMA NACIONAL LIBERTADOR FRENTE AOS OUTROS PROJETOS POLÍTICO-SOCIAIS DOS ANOS 1930

Como destacou Eric Hobsbawm, os anos que preenchem o período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial foram de “uma retirada acelerada e cada vez mais catastrófica das instituições políticas liberais” (HOBSBAWM, 1995, p. 115). A crise dos regimes políticos e econômicos que assolou o mundo após a Primeira Guerra Mundial e com mais força depois da crise econômica de 1929 foi, ao mesmo tempo, a crise do liberalismo. Assim, ainda que a Revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas e os tenentistas ao poder do Estado tenha sido obra de uma aliança que se chamava “liberal” e reivindicava restaurar os valores republicanos e liberais que animaram a Proclamação da República em 1889, o novo governo configurou-se de maneira cada vez mais centralista, alcançando o ápice nesse sentido no Estado Novo.

Pode-se depositar parcialmente a razão do centralismo estatal na ideia que habitava a cabeça das altas patentes do Exército e também dos tenentistas de que as Forças Armadas eram a única instituição capaz de dirigir a nação de maneira ordeira e adequada. Mas, sobretudo, o reordenamento do Estado para um caráter centralista e intervencionista se deu em razão das medidas pragmáticas necessárias para tirar o país da crise econômica e social. Neste ponto, estamos de acordo com Corsi, para quem o governo Vargas não assumiu o Estado brasileiro com um plano de desenvolvimento nacional. Ao contrário, buscou sanar a crise com medidas liberais ortodoxas como a contração do gasto público, do crédito e da emissão de moeda. Entretanto, tais medidas não faziam mais do que aprofundar a crise, sendo completamente inadequadas para resolver os problemas da superprodução do café, a queda das importações e exportações e a desvalorização da moeda. Todas as medidas explosivas que ameaçavam levar ao colapso também da indústria e do mercado interno, transformando o país em um terreno cada vez mais fértil para a revolta da população (CORSI, 1999,).

A tendência à centralização do Estado foi praticamente geral nos projetos políticos que surgiram nesse período histórico, mas as formas de centralização política são distintas em seu conteúdo. O Estado Novo, tal como se configurou, é menos fechado e centralizado politicamente que o centralismo corporativista e teísta do integralismo, ao mesmo tempo que difere totalmente da proposta de centralização democrática oferecida pela ANL, que em momento algum defendeu o fechamento do Congresso, da imprensa ou dos partidos, mas sim a ampliação desses direitos principalmente no que toca a possibilidade de organização política da classe operária.

Da mesma forma, também a “questão social”, entendida como uma legislação sobre a relação capital-trabalho, é comum a todas as propostas, mas com conteúdo diversificado. Mesmo partidos

oligárquicos como o Partido Democrático de São Paulo e seu sucessor, o Partido Constitucionalista, incluíam em seus programas um esboço de legislação trabalhista (PRADO, 1986). O integralismo é o único que não incorporou medidas concretas como jornada de 8 horas, salário-mínimo, direito de férias etc., colocando em seu lugar um discurso nacionalista, religioso e sobre a participação dos operários no corporativismo estatal, por meio do qual poderiam realizar a sua vocação, isto é, sob um ponto de vista teísta, encontrar a oportunidade de ascender socialmente (CARONE, 1974). Mas sabemos como a questão social foi resolvida de fato: uma dialética de repressão ao movimento operário e reconhecimento de suas demandas pelo Estado, por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), da fundação da justiça do trabalho e dos sindicatos oficiais (que cumpriam o papel de colocar fim nos sindicatos autônomos construídos durante a Primeira República) (GOMES, 2005).

Ocorre o mesmo com o anti-imperialismo, presente no discurso nacional libertador, integralista e, ao menos sob a forma do nacionalismo, no de Getúlio Vargas. Mas como sempre, o conteúdo do que cada força política queria dizer com “imperialismo” e o que fazer em relação a ele era muito diferente. Se a ANL tinha uma definição leninista de imperialismo e propunha combatê-lo por meio do não pagamento da dívida estrangeira, da nacionalização das empresas estrangeiras e da modificação da estrutura econômica brasileira, o integralismo identificava imperialismo com “influência estrangeira”, colocando foco em uma crítica cultural e dos costumes, o “estrangeirismo”, o “cosmopolitismo”, o “modo de encarar a vida” etc., e defendia uma valorização absoluta de uma cultura nacional pura, e por isso mesmo mitificada, que deveria ser extirpada de influências dos outros países e oferecia como remédio o completo fechamento do Brasil para o mundo sem entrar em muitos detalhes de como isso ocorreria (CARONE, 1974, p. 313). A ênfase dos integralistas no “fechar-se para o mundo” faz ficar nítido que nos manifestos da ANL não há nenhuma delimitação de política externa, isto é, indicação de países com os quais a ANL estabeleceria prioritariamente parcerias comerciais ou diplomáticas, ainda que, por sua proximidade com o PCB, podemos deduzir que seriam as relações internacionais com os países do sul global e o início das relações com a União Soviética, ambas pautas históricas dos comunistas desde que começaram a concorrer eleições por meio do Bloco Operário e Camponês, nos anos 1920 (KAREPOVS, 2001).

A reivindicação da reforma agrária é pauta unicamente da ANL (e do PCB), estando ausente dos partidos liberais, que geralmente eram partidos das oligarquias agrárias, e também nas ações do governo getulista. O Estado Novo nada modificou as estruturas da propriedade rural brasileira e interveio de maneira muito menor nas relações de trabalho no campo do que o fez nas cidades (AZEVEDO, 1982). O integralismo defendia a “vocação agrária” do Brasil, sendo contra uma via de desenvolvimento industrial.

Como se sabe, o governo Vargas encarou as questões que compareciam no programa da ANL de maneira diferente, tanto no período constitucional quanto no Estado Novo, mas o fato de que não pode contorná-las evidencia que eram contradições gritantes do período, e não devaneios radicalistas. A industrialização foi o caminho possível encontrado para contrabalancear os efeitos da crise do café e do modelo primário-exportador de maneira geral, sendo deste período o auge da política de substituição de importações no Brasil, bem como a fundação de grandes indústrias nacionais que buscavam suprir setores ausentes e de grande importância para a modernização capitalista da economia brasileira, como a siderurgia, a metalurgia e o petróleo. De início deu-se o melhor aproveitamento do parque industrial

já existente no Brasil, para então começar um processo de expansão propriamente dito (FURTADO, 2003, p. 198). Para tanto, o governo Vargas criou políticas de expansão de crédito, restringiu o câmbio e fez larga emissão de moeda. A década de 1930 foi de pujante crescimento industrial, cerca de 11% ao ano, enquanto a agricultura crescia de 2 a 3%. Desenvolveu-se o setor de bens de capital, bens intermediários e de consumo duráveis, cuja produção triplicou, mas sem tirar a hegemonia da indústria primária, mantendo como setores hegemônicos o têxtil e a indústria de alimentos (CORSI, 1999, p. 77).

A industrialização e a forma política do país lidar com os países capitalistas desenvolvidos, isto é, os países imperialistas, eram dois assuntos intimamente ligados e no plano prático, a maneira como o país industrializou-se nos anos 1930 e 1940 dizem muito sobre como o governo brasileiro buscou resolver a questão do imperialismo. Corsi destaca que Vargas não tinha problemas com as empresas estrangeiras, contanto que elas se submetessem aos interesses nacionais (CORSI, 1999, p. 77). O padrão na política varguista era buscar a iniciativa privada e estrangeira para levar a cabo os empreendimentos sob regulação estatal, e apenas quando isto era inviável criava-se empresas estatais. Assim se deu a história do nascimento da Siderúrgica de Barra Mansa, Siderúrgica Barbará, Usina de Volta Redonda, a Vale do Rio Doce, Aços Especiais Itabira.

Quanto a dívida com os países imperialistas, o governo constitucional renegociou a dívida externa com os credores, obtendo um adiamento dos pagamentos equivalente a 1,293 milhões de dólares. Com o golpe do Estado novo, o Brasil anunciou a moratória unilateral do serviço da dívida externa até o ano de 1939. Ao mesmo tempo, o governo Vargas passou a criar uma série de mecanismos de controle do mercado financeiro, em especial dos bancos estrangeiros, estabelecendo ações para regulamentar e limitar o envio de divisas para suas matrizes, o controle do câmbio e criou um sistema de bancos nacionais com centralidade do Banco do Brasil, que se tornou o principal fomentador da agricultura e da indústria. Entre os anos de 1934 e 1937 cogitou-se mesmo a hipótese de nacionalizar todo o setor financeiro e de seguros, mas ao fim optou-se pela regulamentação e controle estatal.

Principalmente nos casos da fundação das indústrias nacionais é necessário destacar o papel dos militares em fazer pressão sobre o governo para que tais empreendimentos se dessem por meio do Estado e não da iniciativa privada, principalmente no caso da indústria petrolífera, cuja atuação do General Horta Barbosa é um exemplo elementar (LEOPOLDI, 2003, p. 254- 256). O papel dos militares nesse sentido deixa claro que aparecia como demanda deles o fomento da indústria nacional, de maneira que não era extemporâneo e nem indício de radicalismo de setores específicos do Exército o papel que os militares tenentistas cumpriram dentro da ANL ao defender esta mesma pauta.

As questões internas ao Exército também precisaram ser resolvidas de algum modo, pois as constantes revoltas de quartéis e a incapacidade sistemática de restabelecer a disciplina eram uma grande ameaça para a ordem constituída. Além disso, a perspectiva das guerras da modernidade serem guerras totais, ao exemplo da Primeira Guerra Mundial, levava a uma projeção por parte dos militares de alta patente que a sociedade inteira deveria ser, de algum modo, mobilizada para a guerra. Evidentemente, o governo Vargas não poderia ser adepto dos ideais de Exército popular e povo em armas pregado pela ANL, mas não pode evitar de levar a cabo uma política de “abertura da sociedade ao Exército”, nas palavras do historiador José Murilo de Carvalho, que consistiu em aumentar significativamente a quantidade de recrutamentos, abrir o serviço militar às mulheres, reativar os Tiros de Guerra, as Escolas de Instrução Militar e de Instrução Militar Preparatória. Levou-se a cabo a melhoria do ambiente dos quartéis e ampliou-se o sistema de ensino por meio da criação de Escolas Preparatórias de candidatos

para a Escola Militar. O orçamento do Exército aumentou significativamente, a legislação do Exército foi reescrita, os equipamentos e armamentos foram atualizados. Em suma, uma série de demandas dos militares, muitas das quais constavam no programa da ANL, foram atendidas principalmente na época do Estado Novo. Deve-se adicionar, contudo, que ao contrário do que propunha os nacionais libertadores para o Exército, o Estado Novo promoveu severa educação anticomunista nas Escolas Militares e demais centros de educação, além de tomar uma série de medidas para manter os soldados afastados da política (CARVALHO, 2006).

Elemento praticamente único no Programa da ANL são as pautas pela ação política feminina, a reivindicação de entrega de terras aos indígenas e o combate ao racismo, definido como “preconceito reacionário”. Os primórdios do movimento feminista no Brasil remontam o início do século XIX e tem importante marco na fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, encabeçada por Bertha Lutz. Partidos oligárquicos como o Partido Democrático de São Paulo já na década de 1920 reivindicavam o direito das mulheres ao voto e, de fato, em 1934 o Governo Provisório aprovou tal direito. Porém, a linha de continuidade mais forte entre a luta das mulheres e a ANL era a organização das mulheres no movimento operário e principalmente das frentes de luta femininas já criadas pelo PCB na década de 1920, como foi o Comitê das Mulheres Trabalhadoras.

Se era comum movimentos feministas burgueses, no que tange a luta contra o racismo, a ANL se mostrou como a única organização de caráter geral (isto é, que não era voltada apenas à luta contra o racismo) a levantar essa bandeira sob uma perspectiva emancipatória. O movimento integralista, que também reivindicava a luta do povo negro, tinha uma concepção de miscigenação das raças que eliminava a história de dominação violenta entre elas e, em última análise, tinha uma “proposta de supremacia da raça e da cultura branca que através do caldeamento étnico e racial, tendia a eliminar as demais raças” (CRUZ, 2004, p. 109). O integralismo reservava em seu movimento papel específico e colocava importância particular para as mulheres, os negros e os indígenas, mas sempre numa relação de submissão ao homem branco, e jamais defendeu garantir o direito dos indígenas as suas terras e tampouco reivindicou para eles as terras que lhes foram expropriadas pelos proprietários rurais. Sobre essas questões os partidos oligárquicos e o governo Vargas nada falaram ou fizeram.

Em síntese, a particularidade do programa da Aliança Nacional Libertadora é ser a única proposta oferecida aos problemas da crise dos anos 1930, em específico, e da modernização burguesa brasileira, de modo geral, que passava não apenas pela manutenção do regime democrático, mas pela sua ampliação para uma espécie de democracia popular na medida em que reconhecia o direito de livre organização sindical e política dos trabalhadores e outras camadas populares e exigia a realização de demandas históricas de grupos subalternos como os negros e indígenas. Também se diferencia pela tentativa de estabelecer um projeto de Estado de bem-estar social a ser criado no Brasil, incluindo legislação social e trabalhista, acesso e desenvolvimento da educação e saúde. Sobretudo, era o único a propor uma ruptura completa com o modelo dependente do desenvolvimento capitalista que caracterizou a história do Brasil. A ANL encontrava sua especificidade na proposta de uma modernização emancipatória, em que a riqueza material produzida nacionalmente deveria ser empregada no bem-estar social da população e no desenvolvimento econômico, técnico-científico e cultural do país. Era uma proposta de “revolução democrático-burguesa”, tal como definiam os comunistas, isto é, que cumpriria o papel histórico de desenvolver as forças produtivas capitalistas domando-as em favor da população por meio de uma democracia de massas.

## CONCLUSÃO

Por meio da exposição dos documentos programáticos da ANL foi possível constatar que sua proposta político-social era composta de três eixos básicos: o combate ao imperialismo por meio da nacionalização das empresas estrangeiras e não pagamento da dívida pública com os países estrangeiros, a reforma agrária que objetivava o parcelamento dos latifúndios em pequenas propriedades e o combate ao fascismo. Decorria dessas propostas basilares um projeto de Estado de bem-estar social no Brasil, composto pela legislação trabalhista, assistência social, acesso popular a educação e saúde, bem como a criação de um mercado interno pujante a ser alimentado pelo incentivo estatal a pequena propriedade e os níveis elevados de padrão de vida que se esperava alcançar para a população.

O caminho de desenvolvimento econômico proposto pela ANL era industrialista e nacionalista, privilegiando a criação de indústrias estatais e a defesa e incentivo da burguesia industrial nacional, isto é, não associada por laços econômicos aos interesses de países estrangeiros economicamente desenvolvidos. Estava incluso no plano de industrialização e soberania nacional da ANL o desenvolvimento de uma indústria bélica, o fortalecimento do Exército e a reorganização do Exército para tornar-se “popular”, com estreita relação com a população civil ao ponto de ser capaz de servir como mediador do “povo em armas”.

O programa nacional libertador também se destacava dos outros projetos políticos da década de 1930 pela presença da reivindicação de liberdade política e participação ativa da classe operária e das classes médias no projeto social a ser construído, bem como pela atenção a grupos específicos da população que tendiam a ter suas demandas ignoradas pelos partidos políticos dominantes, como eram o caso dos indígenas, negros e mulheres.

Para alcançar tais objetivos a ANL padecia de uma contradição interna: não tinha uma proposta clara de como realizá-los, de maneira a permitir que surgisse no seio da organização duas perspectivas divergentes: a perspectiva de conquista das demandas nacional libertadoras por meio de vias legais, participando do processo político democrático via políticos que aderissem ao programa da ANL, e a perspectiva da tomada do poder do Estado pela força, por meio de uma insurreição popular que, com a passagem da ANL para a ilegalidade em julho de 1935, de fato foi tentada em novembro do mesmo ano. Nesta última perspectiva, o governo que nasceria da insurreição para implementar o programa da ANL seria chamado Governo Nacional Popular Revolucionário e teria em Luiz Carlos Prestes o seu líder.

O conjunto programático da ANL, com todos os itens expostos acima, configura aquilo que os comunistas chamavam de etapa democrático-burguesa da revolução brasileira, ou seja, a conquista de uma via de desenvolvimento do capitalismo autônoma frente aos países imperialista, com prioridade ao desenvolvimento de uma indústria nacional, buscando garantir um regime democrático com participação popular.

## REFERENCIAS

### Fontes Primárias

BRASIL. *Decreto nº 8.399, de 05 de fevereiro de 2015*. Institui o Código Civil. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 127.

*A Aliança Nacional Libertadora ao Exército Nacional*. In VIANNA, Marly(org). *Pão, Terra e Liberdade: Memória do Movimento Comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CASCARDO, Herculino. *Aliancistas do Brasil, alerta!* In. VIANNA, Marly (org). *Pão, Terra e Liberdade: Memória do Movimento Comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

*Manifesto-Programa de lançamento da Aliança Nacional Libertadora*. In VIANNA, Marly (org). *Pão, Terra e Liberdade: Memória do Movimento Comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

*O Libertador (Órgão do Comitê Militar da Aliança Nacional Libertadora)*. In. VIANNA, Marly (org). *Pão, Terra e Liberdade: Memória do Movimento Comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

*O Programa do Bloco Operário e Camponês do Brasil (1929)*. In KAREPOVS, Dainis. *A Esquerda e o Parlamento no Brasil: O Bloco Operário e Camponês (1924 – 1930)*. São Paulo: USP, 2001.

PRESTES, Luiz Carlos. *Manifesto de 5 de julho*. In VIANNA, Marly (org). *Pão, Terra e Liberdade: Memória do Movimento Comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

SALGADO, Plínio. *Manifesto de Outubro*. In CARONE, Edgard. *A Segunda República (1930 – 1937)*. São Paulo: Difel, 1974.

### Bibliografia

ARIAS NETO, José Miguel. *Economia cafeeira, urbanização e industrialização*. In FERREIRA, Jorge. *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ARRUDA, Pedro Fassoni. *Capitalismo Dependente e Relações de Poder no Brasil (1889 – 1930)*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

AZEVEDO, Fernando Antônio. *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República vol. II*. São Paulo: Fulgor, 1969.

BENJAMIN, Walter. *O Anjo da História*. São Paulo: Autêntica, 2012.

CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CARONE, Edgar. *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: Difel, 1972

CARONE, Edgar. *A Segunda República (1930 – 1937)*. São Paulo: Difel, 1974.

CHADAREVIAN, Pedro. *Raça, Classe e Revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922 – 1964)*. Política e sociedade. Florianópolis. Vol. 11. Nº 20, 2012.

- CHASIN, José. *O Integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hipertardio*. São Paulo: ciências humanas, 1978.
- CHASIN, José. *A Miséria Brasileira*. São Paulo: Ad Hominem, 2000.
- CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Unesp, 1999.
- COSTA, Homero de Oliveira. *A Insurreição Comunista de 1935: Natal, o primeiro ato da tragédia*. São Paulo: Ensaio, 1995.
- CRUZ, Natalia dos Reis. *O Integralismo e a questão Racial*. Niterói: UFF, 2004.
- DEL ROIO, Marcos. *Gramsci e a Emancipação do Subalterno*. São Pulo: Unesp, 2018.
- DEL ROIO, Marcos. *A Classe Operária na Revolução Burguesa: A política de alianças do PCB (1928 – 1935)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- DULLES, John Foster. *Comunistas e Anarquistas no Brasil (1900 – 1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- ENGELS, F. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lualia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo do nacional estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FORJAZ, Maria Cecília. *Tenentismo e Política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1977.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 2003.
- GOMES, Angela Maria de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- HERNANDEZ, Leila. *A Aliança Nacional Libertadora: ideologia e ação*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914 – 1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KAREPOVS, Dainis. *A Esquerda e o Parlamento no Brasil: O Bloco Operário e Camponês (1924 – 1930)*. São Paulo: USP, 2001.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo: estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta. *A economia política do primeiro governo Vargas (1930 – 1945)*. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MAZZEO, Antônio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2015.

- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil (1922 – 1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- PRADO, Maria Lígia. *A Democracia Ilustrada: O Partido Democrático de São Paulo (1926 – 1934)*. São Paulo: Ática, 1986.
- PRESTES, Anita Leocadia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora*. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.
- SANTA ROSA, Virgínio. *O Sentido do Tenentismo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SEVCENKO, Nicolau. *História da Vida Privada no Brasil. Vol. III*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1985.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A Intentona Comunista de 1935*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986
- SODRÉ, Nelson Werneck. *A Formação Histórica do Brasil*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- TRINDADE, Hégio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1974.
- VIANNA, Marly (org). *Pão, Terra e Liberdade: Memória do Movimento Comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.